

(JOVENS A EMPREENDER – JE)

Ideia de um projecto mobilizador que visa criar empregos para jovens licenciados

I. Justificação/oportunidade do Projecto

1.1 – Situação conjuntural

O país atravessa uma fase difícil, que exige um maior empenhamento e energia criativa por parte de todos os agentes económicos e sociais para encontrar vias de saída desta situação crítica. De facto, a situação de recessão e o baixo crescimento espectável nos próximos anos não permite antever investimentos com grandeza suficiente para gerar suficientes oportunidades de trabalho, designadamente para os jovens. Um dos aspectos que está a merecer especial atenção é o preocupante nível de desemprego, atingindo pela primeira vez na história nacional uma grande percentagem de jovens com elevados níveis de formação.

Admite-se ser possível que muitos jovens licenciados possam encontrar uma oportunidade para se tornarem empreendedores e donos do seu próprio negócio, mas para tal é imprescindível encontrar formas inovadoras de apoio e mobilização destas capacidades, contribuindo também por esta via para evitar o êxodo desses jovens para outros países por falta de perspectivas em Portugal.

1.2 – O empreendedorismo como oportunidade

Nos últimos decénios várias entidades têm desenvolvido programas de fomento ao aparecimento de novas empresas, e também foram lançadas infraestruturas que têm mobilizado outras competências existentes no país. Foram de facto criadas não só um elevado número de organizações vocacionadas para a promoção do empreendedorismo, mas também desenvolvidos projectos, políticas e incentivos de diversa natureza. Todavia, não existe ainda, a nível nacional, qualquer estudo profundo e independente que permita avaliar os resultados do esforço económico e financeiro dispendido pelo país no apoio ao empreendedorismo, nem resultados quantificados a nível nacional do efeito formação neste domínio.

A nível da União Europeia há uma grande preocupação de estimular a criação de um ambiente propício à promoção do empreendedorismo, fenómeno que tem vindo a desenvolver-se mais acentuadamente a partir do início deste século.

Pese embora o elevado número de acções, organizações e infra-estruturas que têm sido desenvolvidas em Portugal, a realidade é que os resultados dos observatórios efectuados a nível internacional entre os países da OCDE e países desenvolvidos do extremo Oriente, relativos à «performance» portuguesa no que respeita ao empreendedorismo, são ainda bastante fracos.

1.3 – Mobilização dos agentes económicos e sociais

Tendo em conta as considerações anteriores, a **SHARE-Associação para a Partilha do Conhecimento**, entende que seria importante e oportuno conceber e dinamizar um grande Projecto Mobilizador envolvendo as entidades que neste momento já partilham estas preocupações: as instituições de ensino superior e outros centros de saber, as instituições financeiras e afins, as associações empresariais e, naturalmente, os organismos públicos mais vocacionados para esta problemática, em especial o IAPMEI e o IEFP.

Sem prejuízo de nesta iniciativa serem envolvidos os múltiplos agentes actuando nesta área, considera-se que seria inovador encontrar uma forma pragmática de participação das instituições de ensino superior e politécnicos, dadas as suas preocupações com o emprego dos seus alunos e também porque têm interesse em motivar e preparar os jovens de elevado potencial para encararem o auto emprego/empreendedorismo como uma alternativa válida e por vezes com valor acrescentado em relação ao emprego por conta de outrem. Outra componente seria um programa de reforço da capacidade técnica das PME com potencialidades de desenvolvimento e de atacarem os mercados externos, associando apoios financeiros e assistência técnica, para além da admissão de jovens licenciados.

Seria também desejável encontrar uma forma de mobilização/participação de quadros/gestores com experiência empresarial, de momento eventualmente desocupados, assim como de quadros/gestores já aposentados que tenham disponibilidade para com a sua experiência, basicamente em regime de voluntariado, apoiarem tecnicamente esses novos empresários.

A eventual participação de grandes/médias empresas, designadamente através da facilitação de contactos com os seus gestores ou quadros, permitindo aos jovens empresários conhecer aspectos importantes do funcionamento de empresas de referência nas áreas de gestão geral, comercial, exportação, etc, bem como experiências de sucesso desses empresários, seria sem dúvida uma mais valia para o projecto.

II. Estratégia e dimensão do Projecto

A ideia seria, portanto, conceber um projecto nacional de apoio não só ao emprego de jovens recém licenciados que procuram o primeiro emprego, mas abrangendo igualmente jovens quadros já com alguma experiência profissional que estejam temporariamente desempregados ou que, embora já empregados, vejam nesta iniciativa uma oportunidade de alteração da sua carreira profissional, através da criação de novas empresas ou da sua participação no desenvolvimento de projectos de expansão de empresas inovadoras já existentes, de qualquer sector de actividade.

Haveria que promover e estimular não só o levantamento de novas oportunidades de investimento, bem como a identificação de PME inovadoras com potencialidade de crescimento/desenvolvimento e de encararem os mercados externos, onde haja espaço para a admissão de jovens licenciados.

A estratégia da implementação deste projecto mobilizador deveria resultar do empenhamento e trabalho conjunto das entidades envolvidas, traduzido num **protocolo de entendimento**, processo este que logicamente deveria ser liderado a nível do Governo/Ministério da Economia, criando-se uma **Comissão Coordenadora** para o desenvolvimento do projecto.

Neste âmbito assume particular destaque a ideia de realização de um Fórum subordinado ao lema **Jovens a Empreender**, onde seria divulgado o projecto, podendo ser muito útil assegurar a presença do Senhor Presidente da República na abertura.

Dada a importância do financiamento, torna-se evidente que um pilar fundamental está naturalmente nas instituições financeiras que venham a aderir ao projecto, sendo o outro as entidades públicas e privadas mais vocacionadas nesta área, com papel importante no que respeita à mobilização dos incentivos disponibilizáveis.

Igualmente haveria que assegurar a participação dos centros de investigação e desenvolvimento e, bem assim, a colaboração de um jornal de prestígio que apoiasse a divulgação desta iniciativa.

Nas Universidades e Politécnicos existem hoje serviços técnicos para promover o empreendedorismo, a transferência de tecnologia e a cooperação com as empresas (designadamente, OTIC – Oficinas de Transferência de Informação e Conhecimento; Gabinetes de Empreendedorismo - UNL; CTC – Centros de Transferência do Conhecimento; Tecminho - Braga; UATEC – Aveiro; UBIACTIVA – Covilhã; TECMU – Madeira; UPIN - U.Porto; UL Inovar – U. Lisboa).

Importa também contar com as incubadoras de empresas existentes no País ligadas a Universidades ou Politécnicos, à ANJE, a Câmaras Municipais, ao IEFP e a Associações, muitas das quais muito activas, bem como de outras estruturas que acolhem iniciativas de investimento.

Por outro lado, não se ignora que estão também no terreno outros projectos ou iniciativas com objectivos semelhantes, o que não impede nem deve limitar o apresentação de iniciativas novas com características que as diferenciem, como julgamos ser esta ideia de projecto mobilizador mais dirigido a jovens licenciados e com grande envolvimento das universidades, com uma maior liderança política, que actual conjuntura pode justificar.

Em síntese, o projecto a desenvolver deverá ter **ambição na dimensão dos resultados a obter**, em termos de emprego, pelo que é factor crítico de sucesso um empenhamento efectivo dos participantes que venham a aderir ao Projecto na

procura e escolha dos projectos de investimento, para além do necessário apoio político, envolvendo entidades com diversos saberes e de diversa natureza.

Igualmente determinante para o sucesso do projecto é a possibilidade da sua inserção mais fácil e devidamente coordenada nos esquemas existentes de incentivos e no acesso ao crédito, encontrando forma de simplificar os procedimentos administrativos e de integrar a informação relativa à viabilidade dos projectos, pois estão normalmente em causa três decisões: financiamento, capital de risco e incentivos.

Seria do maior interesse que nos bancos fossem criadas estruturas técnicas específicas para receber, analisar e avaliar os projectos candidatos.

III. Objectivos do Projecto

O projecto deveria ter como objectivo principal a criação de um número muito significativo postos de trabalho, no decorrer dos **três** anos de duração do Projecto, pois só essa ambição pode justificar a opção por um modelo deste tipo, com o envolvimento e coordenação de diversas entidades e afectação de recursos financeiros tão significativos, bem como de medidas de simplificação da burocracia e um sistema de acompanhamento.

Trata-se, portanto, de tentar conceber um programa específico de apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas inovadoras, simultaneamente geradoras de emprego qualificado e que incluam jovens licenciados. Não será certamente fácil fixar esse objectivo, mas ao apontar-se um simples número de postos de trabalho, necessariamente haverá um sinal do esforço que seria necessário em termos de programa de acção e dos meios que será preciso mobilizar.

Admite-se portanto que só com a evolução do processo de configuração desta ideia de projecto (e a sua correlação com os meios humanos, estruturais e financeiros) se possam vir a definir objectivos quantificados seguros e realistas, designadamente em termos do número de empresas novas ou de expansão/desenvolvimento de empresas existentes, bem como dos limites de crédito por projecto de investimento e de capital de risco ou equivalente, uma vez que se trataria de assegurar condições mais favoráveis.

Adiantam-se algumas sugestões sobre acções que seria indispensável desenvolver, a serem integradas num futura plano de trabalhos:

- Conceber uma campanha para divulgar o Projecto, indicando as condições gerais a que os projectos a apoiar prioritariamente devem obedecer, designadamente visando os mercados externos e a criação de emprego, e os apoios que podem ser disponibilizados com rapidez;

- Assegurar que os bancos aderentes dispõem de linhas de crédito específicas para estes projectos de investimento e que serão eles a articular com as capitais de risco e os sistemas de incentivos, o que pressupõe criar um mecanismo inovador de apreciação e decisão sobre cada projecto apresentado;
- Assegurar apoio político traduzido no empenhamento das entidades públicas mais vocacionadas para o apoio ao investimento e para o apoio ao emprego, bem como na facilitação dos incentivos necessários;
- Promover uma via para identificação e aproximação de jovens licenciados com as entidades que integram a actividade económica e científica, de âmbito nacional e regional, nomeadamente empresas, universidades e centros de ID, associações empresariais nacionais e regionais, sistema bancário e financeiro e entidades que facultam incentivos aos empreendedores, tendo em vista o melhor conhecimento da envolvente empresarial, designadamente para identificação de boas oportunidades de negócio;
- Facilitar a colaboração de seniores com experiência profissional relevante, na situação de aposentados, que estejam disponíveis não só para colaborar na pormenorização do Projecto mas também no aconselhamento dos jovens empresários nas áreas em que mais precisem de apoio (Rede Share de Mentores/Conselheiros) e na identificação de centros de saber nacionais e internacionais que possam ajudar a resolver problemas técnicos durante o desenvolvimento dos projectos ou ideias de investimento;
- Reunir e divulgar informação sobre os apoios possíveis e necessários para ajudar a viabilizar o projecto e preparar protocolos de acordo com as partes envolvidas, por forma a poder oferecer aos candidatos um pacote de apoios credível. Neste aspecto torna-se necessário sintetizar quais as contribuições de cada entidade, bem como explicitar o que irão beneficiar com a sua participação. Nesta rede poderiam ainda incluir-se gestores e quadros, designadamente da área comercial, das empresas que queiram colaborar com o Projecto.

IV. Âmbito do Projecto e entidades a envolver

O projecto que se sugere, como já se referiu, seria de âmbito nacional e alargado a todo os sectores de actividade. Os projectos de investimento/desenvolvimento a apoiar (incluindo fundo de maneo) devem obedecer a critérios a definir em termos de natureza e objectivos do investimento a realizar, dos meios de financiamento a utilizar, dos postos de trabalho a criar.

O enfoque fundamental seria a expansão/desenvolvimento de empresas inovadoras envolvendo jovens recém licenciados com habilitações académicas adequadas a cada

tipo de projecto, desde que motivados e vocacionados para o empreendedorismo, de preferência associados a quadros com experiência. Integrariam igualmente o âmbito do projecto jovens licenciados já com experiência profissional ao serviço de outras organizações, que de momento se encontrem desempregados ou simplesmente pretendam abraçar o empreendedorismo.

Mas também novos projectos, designadamente oriundos de centros de incubação, bem como a recuperação de projectos que tenham tido insucesso por razões não devidas à sua qualidade e que, por isso, poderiam merecer uma segunda oportunidade, eventualmente com outros empreendedores. O levantamento destas situações seria feito com o apoio dos bancos.

Um projecto com esta ambição exigirá naturalmente meios financeiros e uma organização eficaz. Portanto, em devido tempo, terá de ser definido de forma realista um orçamento em consonância com os objectivos, que deverá ter em conta o tipo de acções a desenvolver e as formas de contribuição de cada um dos parceiros envolvidos.

Esta tarefa caberia à referida Comissão Coordenadora, entidade que asseguraria a gestão e condução do projecto após a sua aprovação, sob orientação política superior pois a liderança seria do membro do Governo que tutela o empreendedorismo.

Sem procurar ser exaustivo e definitivo, listam-se seguidamente pró-memória as restantes entidades que teriam de intervir :

- Organismos públicos vocacionados para o apoio à economia e à investigação (IAPMEI, IEFP; FCT; ...);
- Câmaras Municipais com trabalho feito no âmbito do empreendedorismo e infraestruturas disponíveis e preparadas para acolher projectos empresariais (por ex. incubadoras de empresas ou parques industriais e tecnológicos);
- Universidades, públicas e privadas, já com estruturas de apoio técnico e ou centros de incubação de empresas, que pretendam desenvolver e apoiar o empreendedorismo. Idem para os Institutos Politécnicos. Admite-se que numa primeira fase sejam convidadas um número restrito destas entidades, por razões de operacionalidade de arranque (um terço do total das Universidades e um quarto dos Politécnicos, por exemplo), podendo nos anos seguintes ser alargado esse número;
- Empresas/Sociedades de Capital de Risco e similares (Capital semente, Business Angels,...);
- Associações empresariais nacionais e regionais (AIP e AEP em especial, a A.I.Minho, a ACIC- Associação Comercial e Industrial do Centro, a ANJE- Associação Nacional de Jovens Empresários;

- Um jornal de âmbito nacional (o **Expresso ou um jornal de assuntos económicos**, por exemplo), que poderia ter um importante papel na divulgação do projecto.

Seria útil assegurar a participação de cerca de 50 a 60 grandes e médias empresas, que designaríamos «empresa madrinha», (onde se poderiam referenciar cerca de 80 empresários/gestores/quadros dessas empresas), pois os contactos dos empreendedores com estas empresas poderiam contribuir para um melhor conhecimento da realidade empresarial, mas também seria uma oportunidade de beneficiarem de conselho e de eventuais apoios em áreas específicas.

V. Comissão Coordenadora

Sugestões para a sua constituição:

- A Comissão Coordenadora seria constituída por representantes das entidades com capacidade de intervenção na promoção e apoio aos projectos de criação de empresas inovadoras (IAPMEI, IEF, Banco(s), SHARE, Universidades; Associações empresariais de âmbito nacional);
- Para presidente da Comissão Coordenadora, julga-se que seria importante uma figura pública de prestígio nacional, a convidar pelo Governo. Seria também desejável que a Comissão designasse, de entre os seus membros, uma Comissão Executiva constituída por 3 membros, apoiada por um adjunto ou secretária(o);
- As instalações e os meios de financiamento para o seu funcionamento seriam assegurados pelos aderentes ao projecto, cedendo meios disponíveis. Esta matéria deveria no entanto ser objecto de discussão, tendo em vista criar um modelo que não dificulte o seu funcionamento;

Indicam-se como funções para a Comissão Coordenadora, designadamente:

- Assegurar a dinamização, coordenação e avaliação da evolução do Projecto, mas adianta-se desde já que os projectos de investimento seriam submetidos pelos promotores directamente aos bancos aderentes, que deviam centralizar e coordenar/promover todos os apoios necessários;
- Promover formas de identificação de ideias de investimento e de projectos e de empresas inovadores, incluindo «spin-offs», podendo incluir projectos de empresas com insucesso por razões não atribuídas à qualidade do projecto;

- Assegurar a forma institucional de angariação/negociação e disponibilização de meios necessários, designadamente apoios técnicos, financeiros e incentivos, indispensáveis para a viabilização do projecto;
- Promover e preparar a organização do Forum de lançamento do projecto (empendedorismo) e dos foruns anuais de avaliação, bem como de um plano de marketing adequado;
- Estudar e promover um processo de acompanhamento e avaliação independente do Projecto, e dinamizar o lançamento de um estudo para se ter melhor conhecimento do empreendedorismo em Portugal, após prévio levantamento de estudos que tenham sido feitos e os que eventualmente estejam em desenvolvimento;
- Apoiar a criação e/ou desenvolvimento, através da SHARE, de uma rede de consultores seniores na situação de aposentados e com interesse de participação no projecto (**Rede de Mentores/conselheiros**), que teriam um papel importante na assistência técnica e acompanhamento dos projectos de investimento.

VI. Considerações finais

Este documento, elaborado no âmbito da Share, deve entender-se como uma base de trabalho para a concepção de um grande projecto mobilizador de investimento e gerador de emprego qualificado, em especial de jovens licenciados, no contexto da política de apoio às PME e ao empreendedorismo.

Para além de uma discussão interna alargada a que se procedeu já na Share, houve também o cuidado de desenvolver contactos com algumas personalidades externas para recolher mais sugestões de aperfeiçoamento do projecto.

Considera-se por isso oportuno levar agora esta ideia de projecto mobilizador ao conhecimento do Governo, através do Senhor Secretário de Estado do Empreendedorismo e da Inovação, tendo em vista avaliar o eventual interesse e aceitação desta iniciativa, tanto mais que as questões relacionadas com o empreendedorismo estão agora a merecer especial atenção.

Considerando-se que poderia ser útil a constituição de um GT para a apreciação e debate desta ideia de projecto mobilizador, adianta-se também essa sugestão. Nesse pressuposto a Share ficaria à disposição para participar nesse grupo de trabalho dentro das suas possibilidades.

A liderança da condução deste processo caberia naturalmente ao Governo/Secretaria de Estado do Empreendedorismo e Inovação, que promoveria os contactos com as entidades a integrar e a preparação das fases seguintes

Lisboa, 6 de Junho 2011

(Reformulado em 6 de Setembro 2011, e depois em 13 , 16 e 19 de Setembro)

Amadeu Pires e Albertino Santana + vários membros da Share